

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

TAYNARA DE OLIVEIRA SOARES

**EVENTOS SUBSEQUENTES: UM ESTUDO APLICADO NAS
EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE BOVESPA**

RIO VERDE, GO

2022

TAYNARA DE OLIVEIRA SOARES

**EVENTOS SUBSEQUENTES: UM ESTUDO APLICADO NAS EMPRESAS
LISTADAS NO ÍNDICE BOVESPA**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Contábeis da UniRV – Universidade de Rio Verde, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. André Henrique Sousa Barros

RIO VERDE, GO

2022

Ficha catalográfica

Soares, Taynara de Oliveira.

Eventos subsequentes: um estudo aplicado nas empresas listadas no índice bovespa / Taynara de Oliveira Soares - 2022.

31f. : il. figs, tabs.

Orientador: Prof. Me. André Henrique Sousa Barros.

Monografia (Graduação), Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade de Rio Verde – UniRV, 2022.

Inclui índice de tabelas e figuras

1. Eventos Subsequentes. 2. Índice Bovespa. 3. Ajustes.

I. Sobrenome, Nome do orientador. II. Título.

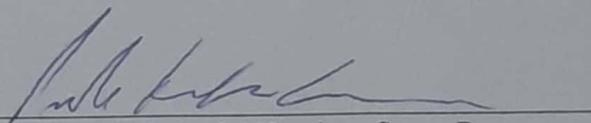
Bibliotecária responsável:

**TERMO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
TAYNARA DE OLIVEIRA SOARES**

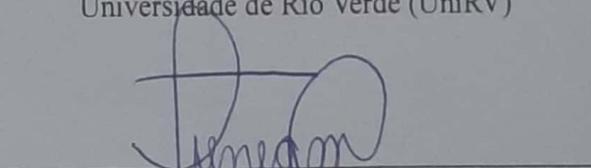
**EVENTOS SUBSEQUENTES: UM ESTUDO APLICADO NAS EMPRESAS
LISTADAS NO ÍNDICE BOVESPA**

Rio Verde, GO, 2 de junho de 2022

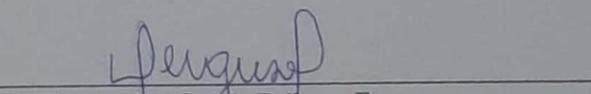
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me André Henrique Souza Barros
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Ma Eliene Aparecida de Moraes
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Ma Débora Ferguson
Universidade de Rio Verde (UniRV)

RESUMO

As demonstrações contábeis emitidas pelas entidades são de grande relevância para os usuários da informação, sendo por vezes afetadas por fatos ocorridos após o fechamento dessas demonstrações. Tais eventos são denominados como eventos subsequentes, os quais podem ocasionar ajustes nas demonstrações contábeis emitidas ou algum tipo de menção em notas explicativas de forma posterior ao fechamento das mesmas. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo identificar os eventos subsequentes nas demonstrações contábeis das empresas listadas no índice Bovespa da bolsa brasileira ocorridos em 2020, ou seja, as possíveis alterações pertinentes as demonstrações contábeis encerradas em 2019. Para tanto, analisou-se as notas explicativas de todas as 92 empresas desse índice, a partir de um estudo com técnica bibliográfico e natureza quantitativa, sendo os dados tratados e analisados por intermédio de planilhas eletrônicas que buscaram explorar as informações encontradas. Portanto, buscou-se identificar os eventos que geraram ajustes e eventos que não geraram ajustes nas demonstrações contábeis, apontando os também os respectivos setores em que eles ocorreram. Na pesquisa foi possível identificar que 58 empresas divulgaram eventos subsequentes, enquanto outras 34 não divulgaram ou não possuíram ocorrências capazes de gerar ajustes em seus demonstrativos. Os setores com maior quantidade de eventos subsequentes foram os setores financeiro e de utilidade pública, ambos com 9 empresas que apresentaram eventos. Em relação ao total de 58 empresas que apresentaram eventos subsequentes, encontrou-se 105 ocorrências, das quais 86 que não provocaram ajustes, e 19 que provocaram algum tipo de ajuste nas demonstrações financeiras. Entre os eventos subsequentes com maior recorrência foi identificada a “Negociações envolvendo ações (compra/venda)”, apresentado 29 vezes. E os menos apresentados foram “Decisões Favoráveis em Processos Judiciais” e “Acidentes Cibernéticos”, com apenas duas ocorrências. Tratando-se especificamente dos eventos subsequentes que geraram ajustes, foi identificado “Negociações envolvendo ações (compra/venda)” e “Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio”, sendo apresentados cinco vezes cada, enquanto, por outro lado, o menos apresentado foi “Reestruturação Societária”, com apenas 1 ocorrência.

Palavras-Chave: Eventos Subsequentes. Índice Bovespa. Ajustes.

ABSTRACT

The accounting statements issued by entities are of great relevance to information users, being sometimes affected by events that occurred after the closing of these statements. Such events are called subsequent events, which may cause adjustments to the financial statements issued or some type of mention in explanatory notes after the closing thereof. Therefore, the present study aimed to identify the subsequent events in the financial statements of the companies listed on the Bovespa index of the Brazilian stock exchange that occurred in 2020, that is, the possible relevant changes to the financial statements ended in 2019. Explanatory notes of all 92 companies in this index, based on a study with bibliographic technique and quantitative nature, the data being treated and analyzed through electronic spreadsheets that sought to explore the information found. Therefore, we sought to identify the events that generated adjustments and events that did not generate adjustments in the financial statements, also pointing out the respective sectors in which they occurred. In the research, it was possible to identify that 58 companies disclosed subsequent events, while another 34 did not disclose or did not have occurrences capable of generating adjustments in their statements. The sectors with the highest number of subsequent events were the financial and public utility sectors, both with 9 companies that presented events. In relation to the total of 58 companies that presented subsequent events, 105 occurrences were found, of which 86 did not cause adjustments, and 19 that caused some type of adjustment in the financial statements. Among the subsequent events with greater recurrence, the “Negotiations involving shares (buy/sell)” was identified, presented 29 times. And the least presented were “Favourable Decisions in Judicial Proceedings” and “Cybernetic Accidents”, with only two occurrences. With regard specifically to the subsequent events that generated adjustments, “Negotiations involving shares (purchase/sale)” and “Payment of Interest on Equity” were identified, being presented five times each, while, on the other hand, the least presented was “Corporate Restructuring”, with only 1 occurrence.

Keywords: Subsequent Events. Bovespa Index. Adjustments.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População.....	19
TABELA 2 – Total empresas.....	21
TABELA 3 – Quantidade de empresas analisadas por setor.....	23
TABELA 4 – Ranking de divulgação dos eventos subsequentes.....	25
TABELA 5 – Ranking dos eventos subsequentes que geraram ajustes.....	26

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Empresas listadas no Índice Bovespa que apresentaram eventos subsequentes.....	22
GRÁFICO 2 – Tipos de eventos subsequentes apresentados.....	24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	8
1.2 OBJETIVOS.....	9
1.2.1 Geral.....	9
1.2.2 Específicos.....	9
1.3 JUSTIFICATIVA.....	10
1.4 DELIMITAÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	11
2.1.1 Reconhecimento e mensuração.....	12
2.1.2 Divulgação e continuidade.....	13
2.2 MERCADO DE CAPITAIS.....	14
2.3 ESTUDOS CORRELATOS.....	15
3 METODOLOGIA.....	17
3.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	17
3.2 TIPOS DE PESQUISA.....	18
3.3 TÉCNICA DE PESQUISA.....	18
3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	19
3.5 MÉTODO DE ANÁLISE.....	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	21
4.1 Análise das empresas e setores.....	21
4.2 Análise por tipo de evento.....	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os elementos existentes nos demonstrativos contábeis são uma relevante ferramenta para divulgar, aos usuários internos e externos desses demonstrativos, informações a respeito da situação econômica/financeira das empresas (DAMASIO FILHO, 2015). Nesta ótica, a representação da realidade patrimonial e financeira deve seguir a fidedignidade conforme o estabelecido nos princípios contábeis propostos no CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, de modo que suportem a tomada de decisões na gestão da organização (SILVA, 2013).

Entretanto, a existência de alguns eventos originados após a elaboração das demonstrações contábeis no final do período de reporte ganhou um destaque mais acentuado ao advento da convergência às normas internacionais de contabilidade, uma vez que as empresas devem apresentar os fatos relevantes que ocorrem entre a data do término do período contábil e a data de autorização de emissão das Demonstrações Contábeis, denominados de Eventos Subsequentes (KOS; BARROS; COLAUTO, 2017).

A publicação desses eventos é importante para os usuários, contribuindo para a redução de assimetria informacional, permitindo avaliar as entidades e tomar suas decisões com mais segurança. Inclusive alguns estudos, como o elaborado por Lima (2007), atestam que a melhor atenção à divulgação dos eventos subsequentes geralmente se traduz em valorização da empresa no mercado de capitais e conseqüente motivo para valorização de suas ações. Enquanto que Lopes e Alencar (2010) confirmam que empresas com maior índice de divulgação possuem ações mais líquidas e menor custo de capital, uma vez que essa elaboração torna a transparência informacional um fator relevante para tomada de crédito.

Para Kos et al. (2017), além das transações operacionais provenientes do curso normal do negócio, outros fenômenos patrimoniais também podem influenciar diretamente nas informações contidas nos relatórios financeiros das empresas, por exemplo, a fusão com outra entidade, a incorporação de determinado negócio, a captação de recursos por meio de ações lançadas no mercado de capitais ou mesmo um desastre natural que ocasione uma limitação para a continuidade da empresa.

Nesse aspecto, Kos et al. (2017) também afirmam que todos os eventos que possam influenciar o resultado econômico da entidade devem ser informados em seus demonstrativos contábeis, no intuito de tornar tais demonstrativos mais fidedignos, apresentando, de fato, a realidade atual da empresa.

Caso um determinado fenômeno que seja capaz de influenciar diretamente nos resultados econômicos da empresa venha a ocorrer após o encerramento do exercício e antes da data de autorização para a emissão dos demonstrativos contábeis, ele deverá ser divulgado através das notas explicativas, que são partes integrantes dos demonstrativos contábeis, e receberá a nomenclatura de Eventos Subsequentes (SOUZA, 2013).

Diante disso, o problema do presente estudo corresponde à seguinte questão: “Quais são os eventos subsequentes divulgados nas demonstrações contábeis das empresas listadas no Índice Bovespa?”.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Identificar os eventos subsequentes nas demonstrações contábeis das empresas listadas no índice Bovespa.

1.2.2 Específicos

- a) Identificar as empresas que apresentaram eventos subsequentes durante o período de 2020;
- b) Apresentar os eventos subsequentes que originaram ajustes;
- c) Elaborar um ranking contendo os eventos subsequentes por ordem de recorrência.

1.3 JUSTIFICATIVA

Segundo Martins et al. (2013), a contabilidade no Brasil foi por muito tempo influenciada por limites fiscais, o que, em parte, dificultou a adesão das empresas às normas da contabilidade societária. Porém, conforme os mesmos autores, com a expansão do mercado de capitais e conseqüentemente com a necessidade dos investidores de terem acesso a informações fidedignas e transparentes, tornaram-se mais atentos ao conjunto dos elementos existentes nas demonstrações financeiras.

Nascimento et al. (2018) ainda afirmam que a expansão do mercado de capitais no Brasil se torna cada vez mais evidente, constatando que há um crescimento constante na emissão de ações, seja pelo volume ofertado como também pela quantidade de empresas que vem participando da abertura de capitais.

Sendo assim, o presente estudo irá analisar a divulgação dos eventos subsequentes das empresas listadas no índice Bovespa, contribuindo com pesquisas e debates referentes a esse tema que pode impactar diretamente os demonstrativos financeiros das entidades, o que também pode influenciar positiva ou negativamente a tomada de decisões pelos usuários da informação.

Este estudo também se torna relevante pois irá mostrar as empresas que apresentaram eventos subsequentes, bem como os tipos de eventos ocorridos, apontando os eventos e sua respectiva recorrência. Salienta-se que o presente estudo se faz importante uma vez que o impacto dos eventos subsequentes nas empresas, por vezes, é relevante e, caso não sejam devidamente divulgados, podem causar distorções na demonstrações elaboradas na data-base, bem como levar o usuário da informação a tomar decisões equivocadas.

Espera-se ainda que, no futuro, o presente artigo possa servir de base bibliográfica para demais estudos do mesmo tema e também sirva de fonte de informação para investidores e público geral no que tange às empresas analisadas.

1.4 DELIMITAÇÃO

Este estudo delimita-se às empresas listadas no Índice Bovespa e, também, aos demonstrativos contábeis divulgados no ano de 2020.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVENTOS SUBSEQUENTES

Martins et al. (2013) dizem que a contabilidade no Brasil, durante muito tempo, fora influenciada exclusivamente por leis, ou seja, as empresas, basicamente, adotavam práticas de modo a atender o fisco, deixando de lado os demais usuários que pudessem usufruir de suas informações.

Para Martins et al. (2013), com o passar dos anos e consequente expansão do mercado de capitais, que veio a se tornar um importante financiador dos projetos das empresas, estas sentiram a necessidade de adequar seus demonstrativos contábeis de forma que facilitasse o entendimento por parte dos interessados. Para os autores, como grande parte do capital empregado no mercado de capitais é estrangeiro, viu-se então que seria interessante convergir-se às normas internacionais de contabilidade nos padrões do *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em consonância com Barros, Espejo e Freitas (2013), a partir do momento em que a contabilidade brasileira iniciou o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, ela tornou-se mais atrativa tanto para os usuários internos, como para os externos. Além disso, houve também um aumento da confiabilidade dos interessados para com os demonstrativos e relatórios elaborados.

Um dos elementos de notoriedade destacados através dos pronunciamentos contábeis emitidos no processo conversão das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade foram os eventos subsequentes. Nesse aspecto, o CPC 24 - Evento Subsequente, correspondente à norma internacional IAS 10, promulgada pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, foi um dos primeiros pronunciamentos estudados, traduzidos e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, tendo sua aprovação em julho de 2009. Tal fato já denota a significância desses elementos no que tange ao processo de divulgação por parte das entidades brasileiras (SOUZA; SOUZA, 2018).

Conforme o CPC 24 (2010), entende-se por evento subsequente todos os eventos que podem impactar a entidade, tanto de forma favorável quanto desfavorável, que venham a ocorrer após o fim do exercício e anterior a autorização para emissão dos demonstrativos

contábeis. Como estes eventos impactarão a entidade, eles precisam ser divulgados no intuito de fornecer informações para a tomada de decisões por usuários internos e externos (SOUZA; SOUZA, 2018).

De acordo com o CPC 24 (2010), este tem por objetivo determinar quando a empresa deverá ajustar suas demonstrações contábeis a respeito dos eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações, bem como as informações que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e sobre os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações. O referido pronunciamento trata ainda sobre como deverá ser realizado o reconhecimento, mensuração e divulgação dos eventos subsequentes.

Por fim, o CPC 24 (2010) salienta que a empresa não deve elaborar suas demonstrações contábeis segundo o pressuposto da continuidade se os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações indicarem que o pressuposto da continuidade não é apropriado.

2.1.1 Reconhecimento e mensuração

De acordo com o CPC 24 (2010), há duas categorias de eventos subsequentes, quais sejam: a) aquelas que irão gerar ajustes nos demonstrativos e divulgação desses mesmos eventos em notas explicativas; b) aquelas que não irão gerar reajustes, porém, mesmo assim, precisam ser divulgadas. Já em consonância com Lemes e Carvalho (2010), ainda se pode incluir mais uma categoria, sendo: aqueles eventos que não geram reajustes e nem devem ser divulgados.

Quanto aos eventos subsequentes que geram ajustes, o CPC 24 (2010) diz que a entidade deverá ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis, para que eles reflitam os eventos subsequentes que mostrem condições que já existiam ao final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.

Segundo o CPC 24 (2010), esses eventos são: a) decisão ou pagamento em processo judicial após o final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis e que já constavam nas mesmas; b) informações após o período contábil que indiquem a desvalorização de um ativo presente nas demonstrações ou que a desvalorização precisa ser ajustada; c) determinação do custo de ativos comprados ou do valor de ativos recebidos em

troca de ativos vendidos antes do final daquele período; d) determinação do valor referente ao pagamento de participação nos lucros ou referente às gratificações, no caso de a entidade ter obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em decorrência de eventos ocorridos antes daquela data; e) descoberta de fraude ou erros que mostram que as demonstrações contábeis estavam incorretas.

Quanto aos eventos que não geram reajustes, o CPC 24 (2010) os define como aqueles eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, que são significativos porém não geram ajustes e, caso não ocorra sua divulgação, os usuários das informações podem tomar decisões errôneas.

Por fim, Lemes e Carvalho (2010), de forma sucinta, dizem que os eventos que não geram reajustes e não devem ser divulgados são todos aqueles eventos subsequentes que, conforme o próprio nome já diz, não irão gerar nenhuma necessidade de reajuste, seja ele nas demonstrações do período contábil a que se referem as demonstrações ou dos próximos.

2.1.2 Divulgação e continuidade

De com o CPC 26 (R1) (2011), as entidades devem elaborar todos os seus demonstrativos contábeis levando em consideração o princípio da continuidade que, conforme a resolução CFC de nº 1282 de 28 de maio de 2010, nada mais é que pressupor que a organização continuará em funcionamento no futuro. Sendo assim, tanto a mensuração quanto a apresentação dos itens que compõe o patrimônio devem levar em consideração esta circunstância. Caso a entidade não tenha pretensão de continuar em operação no futuro, o CPC 24 (2010), afirma que a entidade não deverá elaborar suas demonstrações contábeis com base neste princípio e deverá esclarecer em notas explicativas esse ensejo.

No que tange à divulgação, o CPC 24 (2010) salienta que as demonstrações contábeis devem conter a data em que foi concedida a autorização para emissão das demonstrações, bem como quem foi o responsável por conceder essa autorização e, ainda, se os sócios poderão ou não alterar tais demonstrativos após a sua emissão.

Quanto à data de autorização para a emissão das demonstrações, Iudícibus et al. (2010) diz que ela pode variar no sentido de a quem eles serão sujeitos à apreciação, ou seja, caso a organização seja uma sociedade por ações e apresente os demonstrativos primeiramente ao conselho de administração, essa será a data de emissão. Porém, caso a

primeira apresentação seja ao comitê de auditoria, a simples presença de pessoa externa à diretoria e ao corpo funcional da entidade neste comitê torna a data desta apresentação a mesma da autorização para a emissão das demonstrações.

Ainda com base no CPC 24 (2010), o referido pronunciamento afirma que tanto os eventos que geram reajustes, quanto os que não geram reajustes nas demonstrações financeiras do período, mas que podem influenciar na tomada de decisões, devem obrigatoriamente ser divulgados.

Para o CPC 24 (2010), os eventos subsequentes que não geram reajustes e precisam ser divulgados são: a) combinação de negócios importantes após o período contábil; b) anúncio de planos para descontinuar uma operação; c) compras de ativos importantes ou classificação como mantidos para venda; d) destruição de instalação importante de produção por incêndio após o período contábil; e) anúncio ou início de implantação importante; f) transações importantes, efetivas e potenciais, que envolvem ações ordinárias subsequentes ao período contábil; g) grandes alterações nos preços de ativos ou taxas cambiais; h) alterações nas alíquotas dos impostos ou legislação tributária anunciadas após o período contábil; i) assunção de compromissos ou de contingência passiva significativa; j) início de litígio importante, proveniente exclusivamente de eventos que aconteceram após o período contábil.

2.2 MERCADO DE CAPITAIS

Conforme Abreu (2015), mercado de capitais pode ser conceituado como um sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem como objetivo viabilizar a captação de recursos através da liquidação de títulos emitidos por organizações e é constituído por bolsas de valores, corretoras e instituições bancárias autorizadas.

Visando à captação de recursos, essas empresas devem apresentar demonstrações contábeis que sejam fidedignas à realidade patrimonial, registrando os atos e fatos de forma tempestiva.

Já para Faccini (2017), o mercado de capitais se trata de um sistema criado para facilitar a captação de recursos de empresas junto aos investidores. Segundo o mesmo autor, participam desse mercado investidores de vários portes e com objetivos distintos, o que o transforma em uma importante fonte de financiamento das empresas, para os mais variados objetivos.

No Brasil, o mercado de capitais é composto pela B3, que é a única bolsa de valores do país, na qual é possível negociar ações, fundos e outros tipos de ativos; pelas diversas corretoras; pelas instituições bancárias autorizadas; e, ainda, pela CVM (Comissão de valores Mobiliários), que é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda (FACCINI, 2017).

Em se tratando da Comissão de Valores Mobiliários, no que tange ao seu conceito, a Resolução CVM nº 24 de 05 de março de 2021 diz que a CVM:

é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Economia, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária (CVM, 2021, p.2).

Quanto ao seu objetivo, a Resolução CVM nº 24 de 05 de março de 2021, diz que ela tem por finalidade: estimular a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e funcionamento eficiente e regular do mercado de ações, da bolsa e de balcão; proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra atos que vão contra seu código de conduta e, por fim, assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados.

Faccini (2017) afirma também que o mercado de capitais ainda pode ser dividido em primário e secundário, no qual o primário é aquele em que ocorre a primeira negociação de um ativo, sendo realizado diretamente entre emissores e investidores. Já o secundário, de acordo com o mesmo autor, é onde a negociação de ativos é feita de investidor para investidor, ou seja, o investidor compra de um emissor no mercado primário e, caso queira negociar esse ativo, fará essa negociação no mercado secundário.

Por fim, Abreu (2015) afirma que no mercado de capitais, seja no mercado primário ou no mercado secundário, é possível encontrar a oferta de diversos tipos ativos, podendo ser encontrados, por exemplo, as ações, debêntures, títulos de renda fixa e fundos de investimento imobiliário.

2.3 ESTUDOS CORRELATOS

Nos últimos anos, os eventos subsequentes vêm sendo foco de diversos estudos, a exemplo de Kos et al. (2017), que estudaram o impacto da divulgação de Eventos Subsequentes no Retorno Anormal das ações em empresas que participam do IBOVESPA.

Para isso, os autores analisaram 28 tipos diferentes de Eventos Subsequentes divulgados e, através deste estudo, verificaram que 16 eventos apresentaram pelo menos um Retorno Anormal significativo na janela temporal, enquanto, por outro lado, 12 não impactaram o mercado.

Já Oliveira (2013) realizou um estudo buscando verificar o nível de divulgação de eventos subsequentes à data do balanço observado pelas maiores empresas de capital aberto do Brasil. Para isso, a autora analisou 82 empresas entre as 100 maiores companhias abertas listadas em Exame Melhores e Maiores 2012, e foi possível concluir que, de modo geral, as empresas apresentaram um nível de cumprimento satisfatório dos itens de divulgação do CPC 24.

Em 2018, Souza e Souza (2018) verificaram a divulgação dos eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço patrimonial nas companhias de capital aberto brasileiras. Para isso, analisaram as companhias que faziam parte do Índice Brasil 100 (IBrX100), excluindo as empresas em duplicidade. Através da pesquisa, os autores identificaram que 66% das companhias divulgaram algum evento subsequente, sendo que apenas em 52% destes casos estas atenderam a todos os itens exigidos pelo CPC 24.

Por fim, Jorge (2020) buscou avaliar quais características corporativas podem estar relacionadas ao atendimento dos requisitos de divulgação do CPC 24. Com o intuito de atingir esse objetivo, a autora analisou 142 companhias pertencentes ao Novo Mercado da B3, de 2017 a 2019, e então pôde concluir que o índice de *disclosure* apresentou percentuais altos, sendo o mínimo 88,90% e o máximo 100%, o que indica que as organizações pesquisadas atendem adequadamente aos requisitos de divulgação dos eventos subsequentes.

3 METODOLOGIA

Em consonância com Fonseca (2002), *methodos* quer dizer organização, estudo sistemático, pesquisa, investigação. Dessa forma, metodologia pode ser definida como o estudo da organização e suas diretrizes a serem percorridas, buscando concretizar um estudo ou pesquisa.

Para Henriques e Medeiros (2017), a metodologia da pesquisa é uma técnica que tem por objeto investigar um determinado assunto, uma realidade empírica, bem como pensamentos sobre a realidade, cuidando dos procedimentos que serão utilizados para que estes sejam estudados.

Gil (2008) ainda afirma que o que diferencia o conhecimento científico dos outros é sua verificabilidade, ou seja, para que um conhecimento possa ser tido como científico é primordial detectar as execuções intelectuais e técnicas que tornaram plausíveis a sua investigação, elucidando os métodos que foram utilizados para atingir o conhecimento definido.

E, conforme Marconi e Lakatos (2003), há ainda subclassificações dentro da metodologia que auxiliam nessa busca pela verdade. Sendo assim, esses procedimentos metodológicos ainda podem ser subdivididos quanto à natureza da pesquisa, ao tipo da pesquisa, bem como quanto à técnica de pesquisa, que serão descritos nos próximos tópicos.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Para Severino (2016), uma classificação de pesquisa amplamente utilizada é a divisão das pesquisas em quantitativas e, também, em qualitativas.

Em consonância com Podranov e Freitas (2013), a pesquisa quantitativa tem como ênfase as medidas e análise estatística, matemática ou numérica dos dados coletados através de um instrumento previamente definido ou pela manipulação de dados estatísticos na busca por estabelecer padrões ou comprovar teorias.

Já a pesquisa qualitativa, conforme Fonseca (2002), deixa a abordagem numérica e estatística de lado e busca aspectos da realidade com foco na compreensão e explicação das dinâmicas dos relacionamentos sociais, tendo um amplo escopo e geralmente sendo utilizada

para explorar as causas de possíveis problemas existentes na amostra que está sendo foco do estudo.

Destarte, o presente estudo se classificou como quantitativo, uma vez que seu propósito foi verificar se as empresas analisadas divulgaram ou não eventos subsequentes e, caso divulgassem, seria também analisado se as divulgações estão em conformidade com o CPC 24 (RODRIGUES, 2007).

3.2 TIPOS DE PESQUISA

Gil (2002) diz que pesquisa pode ser definida como o procedimento lógico e sistemático que apresenta por objetivo proporcionar respostas para os problemas analisados e, ainda, pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa.

Para Podranov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória tem como finalidade uma visão aproximada sobre determinado fenômeno sobre o qual se tenha pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada

Sendo assim, quanto ao tipo de pesquisa, esse estudo se classificou como exploratório, uma vez que analisou se as empresas divulgam ou não eventos subsequentes, quais foram os tipos de eventos subsequentes mais e menos recorrentes e, ainda, discorreu sobre conceitos relativos aos eventos subsequentes.

3.3 TÉCNICA DE PESQUISA

Marconi e Lakatos (2017) afirmam que toda pesquisa necessita de uma técnica de pesquisa que a norteie para o alcance da resolução do problema investigado. Para os mesmos autores, essa técnica pode ser bibliográfica ou documental.

No que tange à pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2003) afirmam que se trata daquelas pesquisas restritas a dados colhidos em campo, como questionários e entrevistas, criando assim dados a partir da pesquisa do pesquisador. Para os autores, esse tipo de investigação é realizado com as fontes primárias, seja no ato em que ocorre o fato ou posteriormente.

Já quanto à pesquisa bibliográfica, Gil (2008) afirma que se caracteriza pelo fato de ser pautada em fontes secundárias, ou seja, em dados já anteriormente investigados e divulgados por outros autores, como livros, revistas, artigos, entre outros.

Desta maneira, a presente pesquisa se classificou como bibliográfica e documental, pois seu referencial teórico foi elaborado levando em consideração materiais publicados anteriormente, como livros, artigos e outros itens de fontes secundárias, e a coleta de dados para solucionar o problema da pesquisa foi realizada diretamente no conjunto de demonstrações contábeis das empresas analisadas, ou seja, também em fonte secundária.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Em consonância com Marconi e Lakatos (2003), a população abordada em uma pesquisa se trata de todos os itens ou conjunto de indivíduos de um campo interessado, enquanto por outro lado, a amostra corresponde a apenas uma ou toda parcela da população que será utilizada como objeto de estudo da pesquisa.

Em se tratando da amostra, esta pesquisa foi composta pelas 92 empresas listadas no Índice Bovespa (consulta realizada no dia 07/11/2021), conforme pode ser verificado na Tabela 1.

TABELA 1 – Amostra

Setor	Quantidade de empresas
Bens Industriais	7
Consumo Não Cíclico	9
Consumo Cíclico	13
Diversos	4
Financeiro	19
Materiais Básicos	10
Petróleo, Gás e Biocombustível	6
Saúde	7
Tecnologia da Informação	3
Telecomunicação	2
Utilidade Pública	12

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Posto isto, para esse projeto em específico, a amostra adotada foi a totalidade da população.

3.5 MÉTODO DE ANÁLISE

Para este trabalho em específico, foram analisadas as notas explicativas de todas as 92 empresas constantes no Índice Bovespa (consulta realizada em 07/11/2021).

Para tanto, nos resultados deste trabalho em específico, na análise dos eventos subsequentes divulgados, estes foram divididos em duas categorias: os eventos que geram reajustes e os que não geram. Além disso, também foi investigado quais setores possuem maior participação na amostra e quais deles divulgam eventos subsequentes, sendo eles em totalidade e proporcionalidade. Por fim, elaborou-se também um *ranking* no qual foi descrito quais foram os eventos subsequentes mais divulgados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, encontram-se os resultados desta pesquisa.

4.1 ANÁLISE DAS EMPRESAS E SETORES

Buscando atingir os objetivos propostos, o primeiro passo desta pesquisa foi analisar o conjunto das demonstrações contábeis do ano de 2020 das 92 empresas listadas no Índice Bovespa (consulta realizada em 07/11/2021), buscando identificar quantas empresas divulgavam eventos subsequentes e quantas não divulgavam. O resultado pode ser observado na Tabela 2.

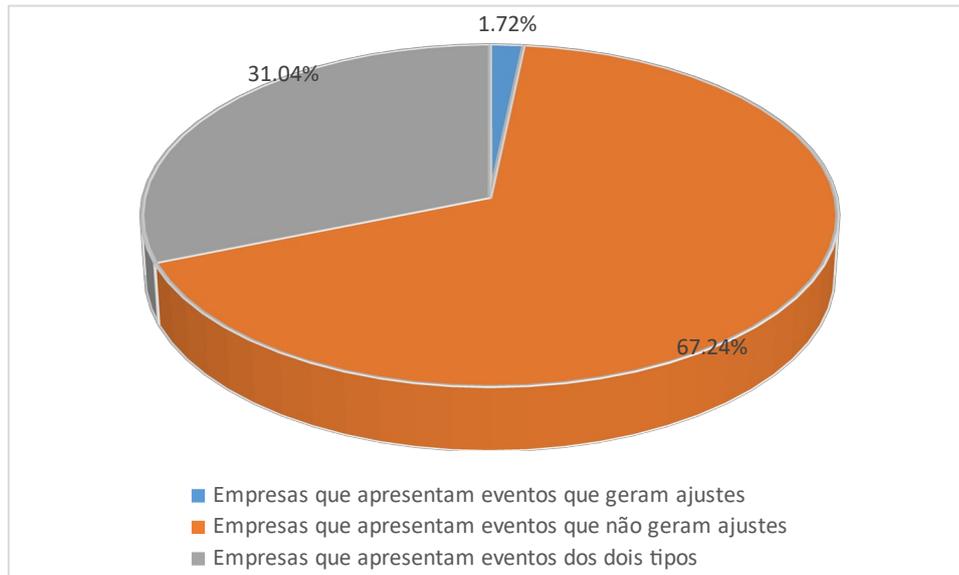
TABELA 2 – Total empresas

TOTAL EMPRESAS	%	
Com Eventos Subsequentes	58	63,04%
Sem Eventos Subsequentes	34	36,96%
TOTAL	92	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observando a Tabela 2, nota-se que, das 92 empresas investigadas, 58 delas divulgaram eventos subsequentes enquanto, por outro lado, 34 delas não divulgaram esse tipo de evento. Sendo assim, pode-se afirmar que no ano de 2020, 63,04% das empresas listadas no Índice Bovespa apresentaram ao menos um evento subsequente.

Logo após a identificação das empresas que divulgaram eventos subsequentes, investigou-se também quantas apresentaram eventos subsequentes que geram ajustes, quantas apresentaram eventos que não geram ajustes e, também, as que apresentam os dois tipos, conforme pode ser visto no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Empresas listadas no Índice Bovespa que apresentaram eventos subsequentes

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em conformidade com o Gráfico 1, observa-se que, das 58 empresas que divulgaram eventos subsequentes, 67,24% (39 empresas) delas apresentaram eventos subsequentes que não provocaram ajustes em seus demonstrativos, outras 31,04% (18 empresas) divulgaram os dois tipos de eventos e, por fim, apenas 1,72% (uma empresa) apresentou exclusivamente eventos subsequentes que geravam ajustes nas demonstrações. Dessa forma, é possível então inferir que, das 58 empresas que apresentaram eventos subsequentes no ano de 2020, a maioria (67,24%) possuía exclusivamente eventos subsequentes do tipo que não era capaz de gerar ajustes nos demonstrativos contábeis.

Adiante está demonstrada a quantidade de empresas que foram analisadas divididas por setor econômico. Também pode ser observada a quantidade de empresas que possuem eventos subsequentes por setor, conforme a Tabela 3.

TABELA 3 – Quantidade de empresas analisadas por setor

SETOR	TOTAL EMPRESAS		COM EVENTO SUBSEQUENTE		PERCENTUAL TOTAL
Financeiro	19	20,65%	9	15,52%	47,37%
Consumo Cíclico	13	14,13%	8	13,79%	61,54%
Utilidade Pública	12	13,05%	9	15,52%	75%
Materiais Básicos	10	10,86%	4	6,90%	40%
Consumo Não Cíclico	9	9,78%	5	8,62%	55,55%
Bens Industriais	7	7,61%	3	5,17%	42,86%
Saúde	7	7,61%	5	8,62%	71,43%
Petróleo, Gás e Biocombustível	6	6,53%	6	10,35%	100%
Diversos	4	4,34%	4	6,90%	100%
Tecnologia da Informação	3	3,26%	3	5,17%	100%
Telecomunicação	2	2,18%	2	3,44%	100%
TOTAL GERAL	92	100,00%	58	100,00%	63,04%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ao observar a Tabela 3, é possível identificar que os três setores com maior participação são o Financeiro, com 19 empresas, o que representa 20,65% da amostra, seguido pelo de Consumo Cíclico, com 13 empresas (14,13%) e o de Utilidade Pública, que possui 12 empresas (13,05%). Já entre os três com menor participação, encontrou-se Telecomunicação, com duas empresas (2,18%), o de Tecnologia da Informação, com três empresas (3,26%) e o Diversos, com quatro, o que representa 4,34%.

Com base na Tabela 3, observou-se também que, mesmo que algum setor tenha o maior número de empresas no total, não significa que ele também terá o maior número de empresas com evento subsequente. Como exemplo, o setor Financeiro, mesmo possuindo 19 empresas no total, teve nove empresas com eventos subsequentes, o mesmo número que o setor de Utilidade Pública que, mesmo com 12 empresas no total, nove delas também apresentaram eventos subsequentes.

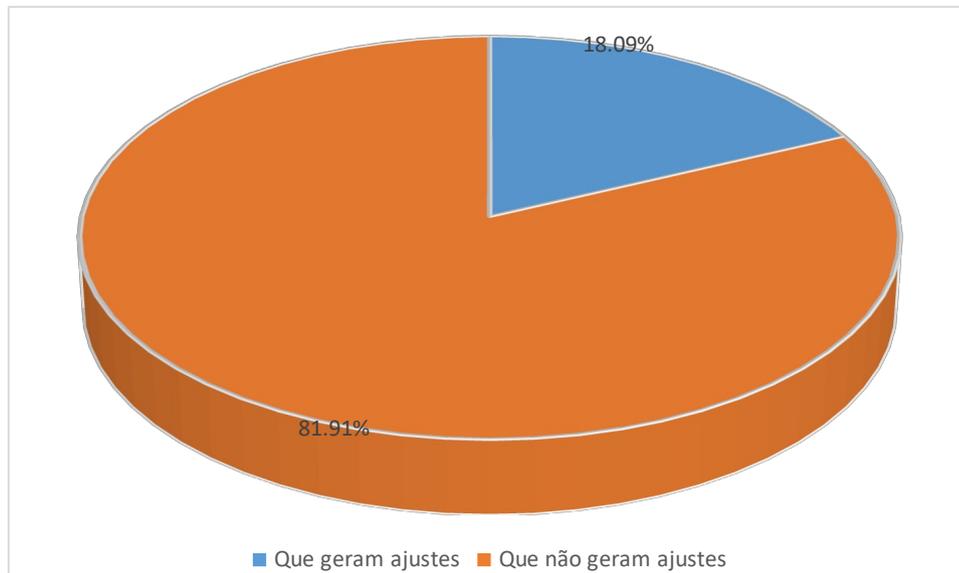
Em questão de proporcionalidade, destacam-se os setores de Petróleo, Gás e Biocombustível (seis empresas), Diversos (quatro empresas), Tecnologia da Informação (três empresas) e Telecomunicação (duas empresas), em que todas empresas analisadas apresentaram algum tipo de evento subsequente. Em contrapartida, em se tratando ainda de proporcionalidade, o setor de Materiais Básicos, mesmo tendo dez empresas analisadas, foi o

que apresentou menor percentual de empresas que apresentaram eventos subsequentes, pois observou-se que apenas 40% (quatro empresas) das empresas desse setor os apresentaram.

4.2 ANÁLISE POR TIPO DE EVENTO

Quando se trata dos eventos subsequentes apresentados pelas empresas analisadas, observou-se que, somando os eventos que geraram ajustes e os que não geraram, foram divulgados no total 105 eventos. A participação de cada tipo de evento pode ser observada no Gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Tipos de eventos subsequentes apresentados



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Observando-se o Gráfico 2, é possível identificar que, dos 105 eventos subsequentes apresentados pelas empresas, 81,91% (86 eventos) não provocaram nenhum tipo de ajuste nos demonstrativos contábeis das empresas. Porém, por outro lado, notou-se também que 18,98% (19 eventos) dos eventos apresentados foram do tipo que geram ajustes, ou seja, provocaram ajustes nos demonstrativos divulgados pelas empresas. Sendo assim, é possível inferir que, por mais que a quantidade eventos subsequentes apresentados pelas empresas analisadas no ano 2020 seja grande, poucos deles são capazes de gerar ajustes nos demonstrativos contábeis.

Quanto aos eventos subsequentes que as empresas apresentaram no recorte de tempo analisado, gerando ajustes ou não, notou-se que são variados. Dessa forma, elaborou-se um

ranking os classificando por tipo de eventos e quantidade de vezes que foram divulgados. Esse ranking pode ser visto na Tabela 4.

TABELA 4 – Ranking de divulgação dos eventos subsequentes

EVENTOS MAIS DIVULGADOS	
Negociações envolvendo ações (compra/venda)	29
Reestruturação Societária	16
Outros	13
Dividendos	10
Impactos relacionados à Covid	7
Empréstimos	5
Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	5
Assinatura de Contratos Relevantes	5
Emissão de Debêntures	5
Aumento de Capital	3
Venda de investimentos / Terrenos	3
Decisões Favoráveis em Processos Judiciais	2
Acidentes Cibernéticos	2
TOTAL	105

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Tratando-se de eventos mais divulgados, o mais divulgado é o grupo “Negociações envolvendo ações (compra/venda)”, que foi apresentado 29 vezes e nele estão agrupadas todas as compras e vendas de ações divulgadas como eventos subsequentes, gerando ou não ajustes nos demonstrativos. Logo após, encontra-se o grupo “Reestruturação Societária”, que foi apresentado 16 vezes.

Seguindo ainda a Tabela 4, nota-se que o terceiro grupo mais apresentado foi o “Outros”, sendo divulgado por treze vezes. Salienta-se que neste grupo foram agrupados todos os eventos subsequentes pontuais e que foram mencionados apenas uma vez, como “busca e apreensão”, entre outros. Em sequência, encontra-se o grupo “Dividendos” e “Impactos relacionados à Covid”, com dez e sete menções, respectivamente.

Logo após, sendo apresentados cinco vezes cada, encontram-se os grupos “Empréstimos”, “Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio”, “Assinatura de Contratos Relevantes” e “Emissão de Debêntures”. Na sequência, têm-se ainda os grupos “Aumento de Capital” e “Venda de Investimentos/Terrenos”, apresentados três vezes cada e, por fim,

encontram-se ainda, sendo divulgado duas vezes cada, os grupos “Decisões Favoráveis em Processos Judiciais” e “Acidentes Cibernéticos”.

Durante o presente estudo, foram identificados também os eventos subsequentes que mais geraram ajustes, conforme pode ser observado na Tabela 5.

TABELA 5 – Ranking dos eventos subsequentes que geraram ajustes

EVENTOS QUE MAIS GERARAM AJUSTES	
Negociações envolvendo ações (compra/venda)	5
Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio	5
Venda de Investimentos / Terrenos	3
Outros	3
Decisões Favoráveis em Processos Judiciais	2
Reestruturação Societária	1
TOTAL	19

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Analisando-se a Tabela 5, é possível verificar que, quando se trata de eventos subsequentes que geram reajustes, dois grupos de eventos foram os mais apresentados, sendo eles “Negociações envolvendo ações (compra/venda)” e “Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio”, ambos sendo apresentados por cinco vezes. Logo após, sendo apresentados três vezes cada, encontram-se os grupos de eventos “Venda de Investimentos/Terrenos” e “Outros”. Quanto ao “Outros” em específico, foram agrupados eventos pontuais que não puderam ser classificados em outros grupos, como a conclusão de um processo de capitalização iniciado em 2020 e terminado no período dos eventos subsequentes.

Na sequência, encontrou-se ainda “Decisões Favoráveis em Processos Judiciais” e “Reestruturação Societária”, sendo divulgados duas vezes e uma vez, respectivamente.

Salienta-se que, apesar de alguns grupos serem os mesmos apresentados na Tabela 4, na Tabela 5 foi agrupada apenas a quantidade de eventos que geraram ajustes, ou seja, aqueles que se iniciaram no período a que se referem as demonstrações contábeis e foram concluídos no período dos eventos subsequentes.

Por fim, conclui-se então que, quanto aos eventos subsequentes que as empresas divulgam, estes são diversos e relativamente peculiares. Notou-se também que não há um padrão quanto ao número de eventos subsequentes divulgados pelas empresas, uma vez que algumas empresas podem divulgar apenas um tipo desse evento, enquanto outras podem divulgar mais que isso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divulgação dos eventos subsequentes contribui para a redução de assimetria informacional, permitindo ainda avaliar as entidades e realizar tomadas de decisões mais assertivas. Inclusive, estudos comprovam que a divulgação desse tipo de evento gera maior valorização da empresa no mercado de capitais e conseqüente contribuem para valorização de suas ações (LOPES; ALENCAR, 2010). Sendo assim, o presente estudo buscou apresentar quais foram os eventos subsequentes divulgados nas demonstrações contábeis das 92 empresas listadas no Índice Bovespa durante o ano de 2020, dos quais afetaram ou não as demonstrações das empresas em 2019. Para tanto, analisaram-se as notas explicativas de todas as 92 empresas e, através da análise, foi possível identificar que 58 empresas divulgaram eventos subsequentes, enquanto outras 34 não divulgaram.

Observou-se também que, das 58 empresas com eventos subsequentes, 39 delas divulgaram eventos subsequentes que não provocaram ajustes em seus demonstrativos, enquanto 18 outras apresentaram os dois tipos de eventos e apenas uma demonstrou exclusivamente eventos subsequentes capazes de gerar ajustes.

Através da análise foi possível identificar que houve 105 eventos subsequentes sendo divulgados, dos quais 86 não provocaram ajustes, e 19 que provocaram alterações nas demonstrações financeiras apresentadas em 2019. Os eventos subsequentes com maior recorrência foram “Negociações envolvendo ações (compra/venda)”, sendo apresentado 29 vezes. Nele estão agrupados todas as compras e vendas de ações divulgadas como eventos subsequentes, gerando ou não ajustes nos demonstrativos. E, quanto aos menos apresentados, observou-se os grupos “Decisões Favoráveis em Processos Judiciais” e “Acidentes Cibernéticos”, apresentados duas vezes.

Tratando-se especificamente dos eventos subsequentes que geraram ajustes, viu-se que os com maior recorrência foram “Negociações envolvendo ações (compra/venda)” e “Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio”, sendo apresentados cinco vezes cada, enquanto o menos recorrente foi “Reestruturação Societária”, acontecendo apenas uma vez.

Dessa forma, é possível afirmar que os eventos subsequentes divulgados pelas empresas são diversos e peculiares. Além disso, pode-se afirmar também que não há limite quanto à apresentação de eventos subsequentes, uma vez que as empresas podem não apresentar eventos subsequentes.

Salienta-se ainda que, quanto às empresas que não divulgaram eventos subsequentes, não significa de fato que elas deixaram de cumprir com o que se é determinado. Pode ser que elas de fato, não tenham tido nenhum evento subsequente válido de menção no corte de tempo utilizado, que foi o ano de 2020.

Por fim, como sugestão de pesquisa futura, indica-se que seja verificada a adequação das empresas do Índice Bovespa em relação ao CPC 24 – Evento Subsequente, uma vez que o presente estudo limitou-se a verificar apenas se as empresas divulgaram ou não tais eventos, e não a adequação das mesmas em relação ao pronunciamento.

REFERÊNCIAS

- ABREU, E. *CPA 10*. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/6229002/Apostila_CPA10_Edgar_Abreu. Acesso em: 03 set. 2021.
- AGUIAR, T. R. *A divulgação dos eventos subsequentes pelas empresas brasileiras*. 2014. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5408/1/21054105.pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, C. M. E.; ESPEJO, M. M. D. S. B.; FREITAS, A. C. A relevância da informação contábil no mercado acionário brasileiro: uma análise empírica de companhias listadas na BM&FBOVESPA antes e após a promulgação da lei 11.638/07. *Revista Ambiente Contábil*, v. 5, n. 1, p. 241-262, 2013.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Rev. bras. enferm.*, v. 57, n.5, p. 611-614. 2004.
- DAMASIO FILHO, M. A. A importância das análises das demonstrações contábeis para a tomada de decisões. In: IX EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar, n. 9, p. 4-8, nov. 2015, Maringá, PR. *Anais...* Maringá, PR: RDU – Repositório Digital UniCesumar. Disponível em: http://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/2563/1/marco_antonio_damasio_filho.pdf Acesso em: 02 nov. 2021.
- FACCINI, L. *O que é o mercado de capitais*. CVM – Comissão de Valores Mobiliários. 2017. Disponível em: https://www.investidor.gov.br/SemanaENEF/2017/2017_05_11-RiodeJaneiro-OqueeoMercadodeCapitais-CVMRJ.pdf. Acesso em: 06 nov. 2021.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. *Metodologia científica na pesquisa jurídica*. São Paulo: Grupo Gen-Atlas, 2017.
- IUDÍCIBUS, S. de et al. *Manual de Contabilidade Societária*. São Paulo: Atlas S.A., 2010.
- JORGE, T. G. *Grau de evidenciação dos eventos subsequentes e características das companhias*. 2020. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30603/4/GrauDeEvidencializa%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

- KOS, S. R.; BARROS, C. M. E.; COLAUTO, R. D. Impacto da divulgação de eventos subsequentes no retorno anormal: estudo em companhias do IBOVESPA. *Revista Ambiente Contábil*, v. 9, n. 2, jul/dez, 2017. Disponível em: <https://ojs.cesa.ufrn.br/index.php/contabil/article/view/813>. Acesso em: 14 out. 2021.
- LEMES, S.; CARVALHO, L. N. *Contabilidade Internacional para Graduação*. São Paulo: Atlas S.A., 2010.
- LIMA, G. A. S. F. *Utilização da Teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de Disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras*. 2007. 118f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2007.
- LOPES, A. B.; ALENCAR, R. C. de. Disclosure and cost of equity capital in emerging markets: the Brazilian case (2010) *The International Journal of Accounting*, v. 45, n. 4, p. 443-464, 2010, ISSN: 0020-7063. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002153350> Acesso em: 03 nov. 2021.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamento de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017
- MARTINS, E. et al. *Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- NASCIMENTO, M. M. et al. *Mercado de Capitais*. 2018. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/18161/1/PRCapLiv214810_Mercado%20de%20Capitais_compl_P_BD.pdf. Acesso em: 05 set. 2021.
- OLIVEIRA, R. S. de. *Evidenciação de eventos subsequentes pelas maiores companhias abertas do Brasil*. 2013. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32096/1/2013_tcc_rsoliveira.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.
- PODRANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- PRONUNCIAMENTO Técnico CPC 24. *Comitê de pronunciamentos contábeis*. 2010. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/300_CPC_24%20_rev%2012.pdf. Acesso em: 03 out. 2021.
- PRONUNCIAMENTO Técnico CPC 26 (R1). *Comitê de pronunciamentos contábeis*. 2011. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf. Acesso em 13 jan. 2021.
- RESOLUÇÃO Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.282 de 28.05.2010. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/respcaocfc1282_2010.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

RODRIGUES, W. C. *Metodologia científica*. 2007. Disponível em: http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/etch/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, R. L. M. da. *Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio*. USP. São Paulo, 2013.

SOUSA, L. M. M. et al. Revisões da literatura científica: Tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *RPER*, v.1, n. 1, 2018. Disponível em: <http://rper.aper.pt/index.php/rper/article/view/20/12>. Acesso em: 06 nov. 2021.

SOUZA, H. T. de; SOUZA, M. M. de. Evidenciação dos eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço patrimonial: uma análise nas companhias de capital aberto brasileiras. In: *16º ECECON – Encontro Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis*. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197911/Evidencia%20a%20dos%20eventos%20subsequentes%20ocorridos%20ap%20b%20a%20data%20do%20balan%20patrimonial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 out. 2021.

SOUZA, M. S. *Relação entre fatos relevantes e eventos subsequentes nas empresas listadas no IBOVESPA*. 2013. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/12157/1/2013_MarceloSilveiradeSouza.pdf. Acesso em: 05 nov. 2021.